

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

3 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

b. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Impostos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Impostos sobre vendas

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

b. Impostos--Continuação

A Administração decidiu optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

c. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

e. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 7.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

g. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 7b).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

h. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

i. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

i. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

i. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

j. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

j. Ativos intangíveis--Continuação

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

k. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

k. Distribuição de dividendos--Continuação

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

l. Benefícios a empregados

• Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

• Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

I. Benefícios a empregados--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

m. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

m. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

o. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

p. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

r. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações. Essas incluem o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e o CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis.

Várias outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

- r. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--
Continuação

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A Companhia aplicou o CPC 33 (R1) retrospectivamente no atual período de acordo com as disposições transitórias estabelecidas na norma atualizada.

O CPC 33 (R1) modifica, entre outras coisas, a contabilização dos planos de benefícios definidos. Algumas das principais mudanças que afetaram a Companhia são as seguintes:

- Todos os custos de serviços passados são reconhecidos na data de alteração/redução significativa da expectativa de tempo de trabalho, a que ocorrer primeiro, ou quando forem reconhecidos os respectivos custos de reestruturação ou de desligamento. Dessa forma, custos com serviços não outorgados deixam de ser diferidos e reconhecidos ao longo do período futuro de outorga.
- O custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior do CPC 33 (R1) são substituídos por um valor líquido de juros nos termos do CPC 33 (R1), calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo de benefício definido líquido no início de cada período de divulgação anual.

O CPC 33 (R1) também exige mais divulgações extensivas, apresentadas na Nota 28.

CPC 46 Mensuração a Valor Justo

O CPC 46 estabelece uma única fonte de orientação nos CPCs para todas as mensurações a valor justo. O CPC 46 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs. O CPC 46 define valor justo como preço de saída. Como resultado da orientação fornecida no CPC 46, a Companhia reavaliou suas políticas para mensuração dos valores justos, especialmente as informações sobre avaliação, como, por exemplo, risco de não execução para mensuração de passivos a valor justo. O CPC 46 também exige divulgações adicionais. A aplicação do CPC 46 não afetou significativamente as mensurações a valor justo da Companhia. Divulgações adicionais, quando exigidas, são fornecidas em notas explicativas individuais relacionadas com os ativos e passivos cujos valores justos foram apurados. A hierarquia do valor justo é apresentada na Nota 30c.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis--Continuação

s. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- **Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)**

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A revisão desta norma não produz impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32**

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Políticas contábeis—Continuação

s. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

- **IFRIC 21 Tributos**

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39**

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não manteve operações com derivativos durante o exercício corrente.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota 26.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 13.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 12.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7b.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	17.931	11.372
Equivalentes de caixa	<u>186.771</u>	<u>47.714</u>
CDB	43.680	17.529
Debêntures compromissadas	<u>143.091</u>	<u>30.185</u>
Total	<u>204.702</u>	<u>59.086</u>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 102,15% (102,5% em 31 de dezembro de 2012) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Investimentos de curto prazo

Modalidade	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos (a)	526.496	423.421
Outros	490	130
Total	526.986	423.551

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 102% em 31 de dezembro de 2012), classificados como mantidos para negociação.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de consumidores faturados	235.147	295.575
Contas a receber de consumidores não faturados	68.540	79.337
Parcelamentos	210.616	200.901
Baixa renda (a)	30.069	36.008
Comercialização no âmbito do CCEE	8.207	16.216
Outras	22.490	23.171
Total	575.069	651.208
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.812)	(60.636)
Total contas a receber clientes	505.257	590.572
Total circulante	424.065	524.702
Total não circulante	81.192	65.870

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes--Continuação

(a) *Baixa Renda*

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

(b) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

		Provisões	Reversões	
	31/12/2012	Adições	(Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	35.980	38.722	(30.986)	43.716
Parcelamento	21.745	9.037	(7.640)	23.142
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	58.450	47.759	(38.626)	67.583
Cheques em cobrança	2.186	43	-	2.229
Total não circulante	2.186	43	-	2.229
Total	60.636	47.802	(38.626)	69.812

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes--Continuação

	31/12/2011	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2012
Contas a receber de consumidores faturados	22.207	35.892	(22.119)	35.980
Parcelamento	22.825	18.980	(20.060)	21.745
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	45.757	54.872	(42.179)	58.450
Cheques em cobrança	3.638	-	(1.452)	2.186
Total Não Circulante	3.638	-	(1.452)	2.186
Total	49.395	54.872	(43.631)	60.636

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes--Continuação

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	59.063	53.846	11.647	124.556
Industrial	10.169	2.759	3.749	16.677
Comercial	30.172	10.801	4.048	45.021
Rural	4.545	2.375	2.229	9.149
Poder público	10.519	5.273	1.986	17.778
Iluminação pública	6.889	792	436	8.117
Serviço público	7.588	3.902	2.359	13.849
Fornecimento faturado	128.945	79.748	26.454	235.147

	31/12/2012			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	71.394	64.428	15.732	151.554
Industrial	14.231	3.861	4.807	22.899
Comercial	35.874	12.487	4.433	52.794
Rural	4.872	3.598	2.863	11.333
Poder público	11.998	11.133	2.581	25.712
Iluminação pública	9.944	2.654	654	13.252
Serviço público	9.034	6.041	2.956	18.031
Fornecimento faturado	157.347	104.202	34.026	295.575

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Recuperação dos custos de energia e encargos

A conta de Recuperação de custo de energia e encargos foi criada com a finalidade de demonstrar o valor que será repassado pela Eletrobrás à CEMAR, em decorrência da portaria 2.584 nos termos do decreto 7.945 de 07 de março de 2013 que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando cobrir os custos gerados devido à escassez de chuvas e consequente acionamento das termelétricas. Além disso, visa retirar do consumidor o ônus de reconstituir o caixa da distribuidora em período tarifário subsequente e ao mesmo tempo impedir o prejuízo das concessionárias. A ANEEL, por meio de despachos, homologou o montante de R\$112.799 a ser repassado à CEMAR durante o exercício de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo registrado a receber é de R\$4.689. A seguir apresentamos a movimentação do saldo:

	-
Valores homologados	112.799
Valores já recebidos	(110.904)
Previsão do aporte CDE referente a dezembro de 2013	2.794
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.689

9 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

9.1 Impostos e contribuições a recuperar

Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS a recuperar CIAP	35.138	36.568
Outros	1.982	680
Total	37.120	37.248

Não circulante

ICMS a recuperar CIAP	34.246	55.062
Outros	582	582
Total	34.828	55.644

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Impostos a recuperar--Continuação

9.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
IRRF s/ aplicação financeira	5.797	6.358
Antecipação de IRPJ / CSLL	7.519	-
IRPJ/CSLL a restituir	3.850	7.573
IRRF	2.419	2.836
	19.585	16.767

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobrás	(a)	Empréstimo	-	372.179	31.424	-	477.148	39.942
		Dividendos	-	13.444	-	-	25.476	-
FASCEMAR	(b)	Contrato confissão dívida	-	10.213	1.580	-	2.191	3.915
		Previdência Privada	-	-	2.428	-	-	2.333
Equatorial Energia	(c)	Contrato compartilhamento	1.503	-	-	408	-	-
		Dividendos	-	25.506	-	-	49.439	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	3.927	-	430	1.488
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	368	855	-	195	690	-

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas--Continuação

- (a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme nota 28.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.
- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$13.300, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
-------------------	------

Diretoria

Remuneração fixa:	34%
Remuneração variável:	66%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração Fixa Anual	540	3.237	3.777
Salário ou Pró-labore	540	3.110	3.650
Benefícios diretos e indiretos	-	127	127
Remuneração variável	-	6.437	6.437
Bônus	-	6.437	6.437
Benefícios pós-emprego	-	75	75
Valor total da remuneração por órgão	540	9.749	10.289

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2013
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	568
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	13.800
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	27/04/2013	27/04/2015	90.000	94.764
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	28/06/2013	28/06/2015	150.000	155.419
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	18/12/2013	18/12/2015	40.000	39.902
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	128.020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	244.005	333.123
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	42.431
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	129.711
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	14.313	14.331
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	7.022
International Finance Corporation - IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	53.725
Total	1.471.314				1.155.620	1.012.816

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a. Composição dos créditos de impostos de renda e contribuição social correntes diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ prejuízos fiscais	167.603	171.496
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(195.238)	(160.282)
Total	(27.635)	11.214

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2019, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Impostos Diferidos	8.320	28.791	42.595	37.490	27.971	22.436	167.603

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b. Expectativa de recuperação--Continuação

A CEMAR realizou R\$3.893 mil de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é demonstrada como segue:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social-- *Continuação*

	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	241.487	241.487	489.718	489.718
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	60.372	21.734	122.430	44.075
Adições :				
Provisão para contingências	17.935	6.456	54.059	19.461
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.453	6.283	15.159	5.457
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	9.095	3.274	1.712	616
Ativos e passivos regulatórios	26.504	9.541	39.001	14.001
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	11.079	3.988	7.544	2.716
Tributos com exigibilidade suspensa (depósitos judiciais)	-	-	1.669	601
Provisões	7.207	2.595	6.314	2.273
Outros	906	327	1.178	424
	90.179	32.464	126.636	45.549
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios	(43.011)	(15.120)	(79.454)	(28.555)
Reversões de provisão de crédito para liquidação duvidosa	(15.159)	(5.457)	(12.349)	(4.446)
Reversões de contingências	(54.059)	(19.461)	(45.489)	(16.376)
Depreciação acelerada	(4.275)	-	(48.606)	-
	(116.504)	(40.038)	(185.898)	(49.377)
IRPJ e CSLL	34.047	14.160	63.168	40.247
Incentivo PAT	(823)	-	-1.201	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	33.224	14.160	61.967	40.247
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	13,76%	5,86%	12,65%	8,22%
Ativo fiscal diferido	26.886	8.071	60.310	4.214
(+) IRPJ Subvenção governamental	(33.101)	-	(61.967)	-
Total	27.009	22.231	60.310	44.461
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	11,18%	9,21%	12,32%	9,08%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social--
Continuação

- (a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

12 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2012	Reclassificação	VNR (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	744.746	(59.971)	9.138	185.039	(8.517)	870.435
Obrigações especiais (b)	(120.042)	-	(31.564)	(125.245)	1.615	(275.236)
Ativo financeiro	624.704	(59.971)	(22.426)	59.794	(6.902)	595.199

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Ativo financeiro da concessão--Continuação

	<u>31/12/2011</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>VNR (a)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo financeiro	220.994	216.543	129.406	177.928	(125)	744.746
Obrigações especiais (b)	(141.780)	-	(25.020)	46.758	-	(120.042)
Ativo financeiro	<u>79.214</u>	<u>216.543</u>	<u>104.386</u>	<u>224.686</u>	<u>(125)</u>	<u>624.704</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Ativo financeiro da concessão--Continuação

12.1 Reajuste / Revisão Tarifária

ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.595, de 27 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de agosto de 2013, aprovou o resultado definitivo da Terceira Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 29 de agosto de 2013 com vigência até 28 de agosto de 2017, estabelecendo uma Base de Remuneração Líquida da Distribuição e da Geração em R\$2.069.481.

O reposicionamento tarifário calculado foi de -4,94%, entretanto, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor foi de -3,06%.

Conforme previsto na Resolução Normativa nº 549/2013 da ANEEL, que prevê a cobertura das despesas da CVA Compra de Energia e CVA ESS com recursos da CDE quando sua soma exceder 2% da receita requerida apurada no reajuste / revisão tarifária, a CEMAR recebeu em 09 de setembro de 2013 o repasse de R\$ 31,9 milhões relativos à CVA de Compra de Energia e R\$ 4,4 milhões relativos à CVA da ESS.

Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,31% e 1,45%, respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da CEMAR de 2014 a 2016.

O componente Pd (ligado à produtividade) tem como objetivo estimar os ganhos potenciais de produtividade de uma distribuidora em função da produtividade média do setor, do crescimento do mercado e do número de unidades consumidoras da própria empresa. Na revisão tarifária da CEMAR o percentual estabelecido foi de 1,31%.

O componente T (ligado à trajetória dos custos operacionais) do Fator X tem por objetivo estabelecer uma trajetória na definição dos custos operacionais regulatórios. Essencialmente, trata-se de uma transição entre metodologias diferentes para a definição de custos operacionais eficientes. O percentual do componente T estabelecido nos reajustes subsequentes da CEMAR foi de 1,45%. A estes percentuais, ainda deverá ser somado ou subtraído, o componente Q (ligado aos indicadores de qualidade) que tem por finalidade incentivar a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras, alterando as tarifas para mais ou para menos de acordo com o comportamento de indicadores de qualidade DEC e FEC, onde deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Ativo financeiro da concessão -- Continuação

12.1 Reajuste / Revisão Tarifária -- Continuação

Os consumidores de baixa renda (residências e pequenos comércios) foram contemplados com redução de 4,02% nas contas de energia. A classe de consumo de alta tensão (indústria e varejista de porte) teve, no entanto, um aumento de 0,50% no custo da energia.

Os ciclos de revisão tarifária ocorrem, geralmente, a cada quatro anos. As novas tarifas da CEMAR, definidas pelo órgão regulador, foram impactadas pela redução da taxa de retorno de capital (WACC) que sofreu a redução de 9,95% para 7,50%, na virada do segundo para o terceiro ciclo de revisão tarifária.

A redução do WACC, real e líquida de impostos, aponta-se no sentido de reduzir o valor a ser pago pelo consumidor a título de remuneração. Em sentido contrário, entretanto, o crescimento de 82,1% da BRL (Base de Remuneração Bruta) foi maior que a variação da receita verificada de Parcela B desde a última revisão tarifária, de 69,7%. Esses dois efeitos combinados resultam em uma redução do valor a ser pago pelo consumidor.

Além da revisão do WACC, a Companhia também contou com a redução de 16,3% da taxa de depreciação dos ativos, que foi reduzida de 4,52% para 3,78% na vigência do novo ciclo de revisão tarifária.

A avaliação da quota de reintegração é similar à da remuneração, mas aqui as principais variáveis são a Taxa de Depreciação e a evolução da Base de Remuneração Bruta – BRB. As taxas de depreciação utilizadas no terceiro ciclo foram definidas pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 474/2012. Em média, as taxas foram reduzidas, ou seja, o consumidor passa a recompor o capital das distribuidoras num prazo mais longo, o que favorece a redução das tarifas.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo de acordo com a taxa média de depreciação do ativo imobilizado. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Ativo financeiro da concessão -- Continuação

12.2 Reajuste / Revisão Tarifária -- Continuação

O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da CEMAR de 2014, 2015 e 2016, fica definido em 9,90% para as perdas técnicas sobre a energia injetada, excluída a energia injetada no nível de tensão A1, com a seguinte trajetória para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão: 15,64% em 2014, 15,35% em 2015 e 15,07% em 2016.

Desta forma, a Companhia registrou na contabilidade regulatória o Laudo de avaliação homologado e aprovado pela diretoria da ANEEL, e os impactos societários estão contemplados nestas demonstrações financeiras e estão relacionadas, principalmente, à redução da taxa de retorno de capital (Wacc) com redução de 9,95% para 7,50%. A redução do preço da tarifa foi ocasionada pela medida provisória nº 579 convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

14 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/2013			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,78%	3.565.475	(1.228.122)	(856.046)	1.481.307
Em curso		220.444	-	(105.821)	114.623
Total		<u>3.785.919</u>	<u>(1.228.122)</u>	<u>(961.867)</u>	<u>1.595.930</u>
		31/12/2012			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,77%	3.212.788	(1.102.329)	(965.800)	1.144.659
Em curso		455.427	-	(69.480)	385.947
Total		<u>3.668.215</u>	<u>(1.102.329)</u>	<u>(1.035.280)</u>	<u>1.530.606</u>

O valor dos juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.028 (R\$7.615 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Intangível--Continuação

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2012	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2013
Em Serviço	3.212.788	59.971	-	(58.428)	351.144	3.565.475
(-) Amortização	(1.102.329)	-	(156.894)	31.101	-	(1.228.122)
Total em serviço	2.110.459	59.971	(156.894)	(27.327)	351.144	2.337.353
Em curso	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Total	455.427	-	301.200	-	(536.183)	220.444
Obrigações especiais (i)	(1.184.059)	-	(111.988)	12.976	125.245	(1.157.826)
(-) Amortização	148.779	-	48.559	(1.379)	-	195.959
Total em obrigações especiais	(1.035.280)	-	(63.429)	11.597	125.245	(961.867)
	1.530.606	59.971	80.877	(15.730)	(59.794)	1.595.930

	31/12/2011	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2012
Em Serviço	3.141.793	(216.543)	-	(35.034)	322.572	3.212.788
(-) Amortização	(992.412)	-	(137.017)	27.100	-	(1.102.329)
Total em serviço	2.149.381	(216.543)	(137.017)	(7.934)	322.572	2.110.459
Em curso	325.489	-	630.688	-	(500.750)	455.427
Total	325.489	-	630.688	-	(500.750)	455.427
Obrigações especiais (i)	(1.008.318)	-	(128.983)	-	(46.758)	(1.184.059)
(-) Amortização	91.698	-	57.081	-	-	148.779
Total em obrigações especiais	(916.620)	-	(71.902)	-	(46.758)	(1.035.280)
	1.558.250	(216.543)	421.769	(7.934)	(224.936)	1.530.606

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Intangível--Continuação

- i. Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- ii. Capitalizações correspondem as transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

a) Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obras em andamento	163.528	379.691
Materiais em depósito	52.571	73.048
Adiantamento a fornecedores	4.345	2.688
	<u>220.444</u>	<u>455.427</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$18.952 (R\$21.591 em 31 de dezembro de 2012), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$13.215 (R\$10.815 em 31 de dezembro de 2012). O saldo do intangível em curso está apresentado líquido dessa provisão.

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para perdas	<u>(10.815)</u>	<u>(2.400)</u>	<u>(13.215)</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento e encargos de conexão		
Porto do PECEM Geração de Energia	1.500	2.789
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	25.146	19.857
Furnas Elétricas	5.947	17.067
Companhia Energética de São Paulo – CESP	4.795	6.481
Companhia Paranaense de Energia – COPEL	1.955	4.931
Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE	4.072	5.661
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	4.263	3.325
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	-	11.048
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	1.040	-
Tractebel Energia S.A	2.158	1.735
Foz do Chapeco Energia S.A	1.148	-
Santo Antonio Energia S.A	1.751	-
Duke	1.263	1.380
Transenergia Renovável	819	-
Petróleo Brasileiro SA - PETROBRAS	1.835	4.898
Outros	24.052	20.323
Materiais e Serviços	87.342	135.160
Encargos de uso da rede elétrica	12.289	19.580
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	245	330
Total	181.620	254.565

15 Empréstimos e financiamentos

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013	
		Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos
MOEDAESTRANGEIRA			
Tesouro nacional	4,21	304	8.864
Total moeda estrangeira		304	8.864
MOEDANACIONAL			
Eletrobrás	8,01	66.841	302.444
IFC	8,83	23.105	31.167
BNB	8,50	37.617	135.552
BNDES	6,93	29.151	433.697
FINEP	4,00	1.134	5.888
FINAME	4,50	2.299	12.069
Banco do Brasil S.A	8,09	-	291.836
Caixa Econômica Federal	6,00	-	14.331
Total moeda nacional		160.147	1.226.984
Subtotal		160.451	1.235.848
(-) Custo de captação		(1.900)	(3.131)
TOTAL GERAL		158.551	1.232.717

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Empréstimos e financiamentos--Continuação

	<u>Custo médio da dívida (% a.a.)</u>	<u>31/12/2012</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
		<u>Principal e encargos</u>	<u>Principal e encargos</u>
MOEDAESTRANGEIRA			
Tesouro nacional	4,45	467	7.926
Total moeda estrangeira		467	7.926
MOEDANACIONAL			
Eletrobrás	8,72	93.967	383.181
IFC	9,13	23.480	51.945
BNB	8,50	35.930	172.126
BNDES	8,24	92.309	276.613
FINEP	4,13	886	7.367
FINAME	4,50	2.300	14.341
Total moeda nacional		248.872	905.573
Subtotal		249.339	913.499
(-) Custo de Captação		(729)	(3.280)
TOTAL GERAL		248.610	910.219

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$1.391.268 (R\$1.158.829 em 31 de dezembro de 2012), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$158.551 de curto prazo e R\$1.232.717 de longo prazo (R\$248.610 de curto prazo e R\$910.219 de longo prazo em 31 de dezembro de 2012) a um custo médio de 8,24%, equivalente a 102,1% do CDI (8,93%, equivalente a 106,35% do CDI, em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	158.551	11%	248.610	21%
2014	-	0%	165.065	14%
2015	490.584	35%	186.683	16%
2016	167.772	12%	136.743	12%
Após 2016	577.492	42%	425.008	37%
Total	1.235.848	89%	913.499	79%
Custo de Captação (Não circulante)	(3.131)		(3.280)	
Não Circulante	1.232.717	89%	910.219	79%
Total	1.391.268	100%	1.158.829	100%

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829
Ingressos	-	483.943	-	-	483.943
Encargos	74.155	11.854	387	-	86.396
Variação monetária e cambial	-	8.806	39	1.126	9.971
Transferências	182.988	(182.988)	188	(188)	-
Amortizações de principal	(268.402)	(205)	(396)	-	(269.003)
Pagamentos de juros	(77.466)	-	(381)	-	(77.847)
Custo de Captação	(1.171)	150	-	-	(1.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	158.247	1.223.853	304	8.864	1.391.268

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	213.607	920.441	634	7.631	1.142.313
Ingressos	-	197.886	-	-	197.886
Encargos	80.374	-	390	-	80.764
Variação monetária e cambial	(2)	13.072	24	662	13.756
Transferências	228.653	(228.653)	367	(367)	-
Amortizações de principal	(193.035)	(453)	(561)	-	(194.049)
Pagamentos de juros	(81.454)	-	(387)	-	(81.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	248.143	902.293	467	7.926	1.158.829

Acompanhamento dos Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Variação Monetária	91	10.580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Debêntures--Continuação

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	61.590	160.380	221.970
Ingressos	-	280.070	280.070
Custo de captação	(295)	(1.919)	(2.214)
Encargos	25.107	-	25.107
Variação Monetária	7	5.059	5.066
Transferências entre curto e longo	160.380	(160.380)	-
Amortizações de principal	(53.460)	-	(53.460)
Pagamentos de juros	(23.727)	-	(23.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação é de 10,91% ao ano.

Terceira emissão de debêntures

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 01 de março de 2013 a dívida referente à terceira emissão de debêntures se encerrou.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Debêntures--Continuação

Terceira emissão de debêntures--Continuação

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as debêntures representam o montante de R\$300.059 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	5.974	2%	169.602	37%
2016	33.793	11%	33.793	7%
Após 2016	261.915	87%	251.336	56%
Não circulante	295.708	99%	285.129	63%
Custo de captação - Não circulante	(1.623)	-1%	(1.919)	
Total	300.059	100%	452.812	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Impostos e contribuições a recolher

17.1 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	2.352	894	1.950	1.113
Encargos sociais e outros	5.709	-	6.170	-
ICMS	26.493	-	30.551	-
PIS e COFINS	12.077	-	11.215	-
REFIS (a)	2.870	33.416	1.128	31.442
Total	49.501	34.310	51.014	32.555

17.2 Impostos e contribuições sobre o lucro

	31/12/2013	31/12/2012
	Circulante	Circulante
Provisão de IRPJ/CSLL	-	1.840
IRRF	445	426
Total	445	2.266

(a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 28 de novembro de 2009, a CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de setembro de 2011.

A referida dívida foi consolidada no montante de R\$40.619, deste total foi pago R\$9.228 restando um saldo de R\$31.391.

Em 30 de dezembro de 2013, a CEMAR aderiu à reabertura, instituída pela Lei nº 12.865/2013, do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. A consolidação de tais débitos ainda não foi concluída pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Impostos e contribuições a recolher--Continuação

17.1 Impostos e contribuições sobre o lucro--Continuação

Os principais benefícios da adesão a reabertura do REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$1.757, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído na reabertura do REFIS foi de R\$ 10.572, sendo que R\$3.893 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$4.922.

A referida dívida, no montante de R\$4.922 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$ 27 restando um saldo de R\$4.895.

Vencimento	Valor
2014	328
2015	328
2016	328
2017	328
2018	328
Após 2018	3.254
Total	4.895

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	37.772	(23.370)	14.402	34.635	(27.591)	7.044
Tributárias	489	(387)	102	145.045	(144.885)	160
Trabalhistas	24.263	(8.028)	16.235	34.034	(13.171)	20.863
Regulatórias	9.214	-	9.214	2.521	-	2.521
	71.738	(31.785)	39.953	216.235	(185.647)	30.588
Circulante	39.775	(22.770)	17.005	32.384	(25.677)	6.707
Não circulante	31.963	(9.015)	22.948	183.851	(159.970)	23.881
	71.738	(31.785)	39.953	216.235	(185.647)	30.588

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas-- Continuação

Movimentação dos processos no período

	31/12/2012			31/12/2013		
	Saldo Final	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	34.635	27.084	(24.521)	(2.327)	2.901	37.772
Tributárias	145.045	-	-	(144.557)	1	489
Trabalhistas	34.034	3.086	(12.992)	(2.058)	2.193	24.263
Regulatórias	2.521	14.342	(5.449)	(2.512)	312	9.214
	216.235	44.512	(42.962)	(151.454)	5.407	71.738

	31/12/2011			31/12/2012		
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.147	26.122	(18.488)	(6.256)	2.110	34.635
Tributárias	120.156	24.883	-	(2)	8	145.045
Trabalhistas	27.022	13.336	(5.290)	(3.110)	2.076	34.034
Regulatórias	3.691	396	-	(1.566)	-	2.521
	182.016	64.737	(23.778)	(10.934)	4.194	216.235

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 636 (617 em 2012) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$22.263 (R\$34.034 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$15.152 (R\$17.474 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 6.813 processos cíveis, sendo que 464 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$37.772 (R\$34.635 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$57.765 (R\$58.960 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas-- Continuação

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 150 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de prestação de contas e indenizatórias ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga “Taxa de Iluminação Pública – TIP” cuja probabilidade de perda foi alterada de provável para possível em face da procedência, à unanimidade, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, as quais já transitaram julgado favoravelmente à Companhia. Assim, apenas remanesce litígio em relação ao recurso especial interposto pela CEMAR contra o acórdão do TJMA, no que tange à matéria referente ao valor dos honorários advocatícios fixados a favor do Município de São Luís, relativamente ao indeferimento da inclusão de litisconsortes na ação rescisória.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$489, para as causas tributárias (R\$145.045 em 31 de dezembro de 2012).

Em setembro foram convertidos os valores referentes aos depósitos judiciais dos valores discutidos na ação no montante de R\$143.086, relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, conforme mandado de segurança nº. 2006.37.00.005574-3.

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$30.996 (R\$31.490 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, reclamações trabalhistas. na esfera trabalhista.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas-- Continuação

Tributárias--Continuação

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$618.550 (R\$618.550 em 31 de dezembro de 2012) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Patrimônio líquido--Continuação

a. Capital social--Continuação

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Em 20 de fevereiro de 2014, a Administração propôs aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 80.111, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 33.101 e de parte do saldo da reserva destinada para reforço de capital de giro no valor de R\$ 47.010. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

O aumento de capital será deliberado em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de março de 2014.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da reserva legal é de R\$55.164 (R\$45.552 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

d. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$33.101, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Em 20 de fevereiro de 2014, o saldo da reserva de incentivo fiscal foi totalmente utilizado para aumento do capital da Companhia.

e. Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo desta reserva é de R\$673.403 (R\$561.419 em 31 de dezembro de 2012). Conforme descrito na nota 19a o valor de R\$ 47.010 serão destinadas para aumento de capital.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20. Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	192.247	384.947
(-) Reserva legal	(9.612)	(19.247)
(-) Reserva fiscal - Incentivo SUDENE	(33.101)	(61.967)
Lucro líquido ajustado	<u>149.534</u>	<u>303.733</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	37.384	75.933
Dividendos complementares	166	169
Dividendos propostos	<u>37.550</u>	<u>76.102</u>
Reserva de reforço de capital de giro	<u>111.984</u>	<u>227.631</u>

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

		Valor por ação (lote de unidades de reais)			
Deliberação	Proventos	Valor	ON	PNA	PNB
31/12/2013					
Reunião do Conselho de Administração de 20 de fevereiro de 2014	Dividendos	37.550	0,22	0,52	0,87
31/12/2012					
Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2013	Dividendos	76.102	0,46	0,48	0,8

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20. Dividendos--Continuação

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	47.481
Dividendos adicionais proposto em 2011	46.787
Pagamento de dividendos	(93.554)
Dividendos mínimos propostos em 2012	75.933
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.647
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.647
Dividendos adicionais proposto em 2012	169
Pagamento de dividendos	(76.085)
Dividendos mínimos propostos em 2013	37.384
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.115

21. Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$26.151 (R\$21.421 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22. Receita operacional

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

31/12/2013			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.893.693	2.563.490	991.933
Industrial	8.982	497.447	140.749
Comercial	134.985	1.062.255	426.867
Rural	59.170	199.236	49.167
Poder público	21.963	327.401	132.407
Iluminação pública	949	355.549	81.241
Serviço público	5.847	282.542	88.570
Consumo próprio	371	8.572	-
Subvenções tarifárias	-	-	27.723
Suprimento CCEE	-	-	61.727
Baixa renda	-	-	190.158
Receita de construção	-	-	307.911
Outras	-	-	43.760
Total	2.125.960	5.296.492	2.542.213

31/12/2012			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.811.171	2.257.539	1.072.672
Industrial	9.194	479.727	181.237
Comercial	129.186	960.422	479.128
Rural	59.693	176.672	50.649
Poder público	21.485	296.964	146.648
Iluminação pública	855	348.846	97.107
Serviço público	5.410	275.872	104.283
Consumo próprio	361	7.981	-
Suprimento CCEE	-	-	41.285
Baixa renda	-	-	188.816
Receita de construção	-	-	644.601
Outras	-	-	29.343
Total	2.037.355	4.804.023	3.035.769

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia elétrica	2.030.168	2.248.034
Remuneração financeira WACC	70.924	72.506
Suprimento de energia elétrica	61.727	41.285
Receita de construção (a)	307.911	644.601
Outras receitas	71.483	29.343
Receita operacional	2.542.213	3.035.769
ICMS sobre venda de energia elétrica	(336.285)	(363.421)
PIS e COFINS	(210.940)	(209.331)
Encargos do consumidor	(22.130)	(70.232)
Cota para RGR	-	(38.371)
ISS	(1.852)	(1.220)
Encargo de capacidade emergencial	(2.232)	(5.112)
Deduções à receita operacional	(573.439)	(687.687)
Receita operacional líquida	1.968.774	2.348.082

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2013			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	27.651	21.261	35.762	84.674
Material	2.675	8.108	5.633	16.416
Serviços de terceiros	74.094	101.656	57.349	233.100
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	4.017	-	4.017
Energia elétrica comprada para revenda	690.777	-	-	690.777
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	45.888	-	-	45.888
Custo de construção	307.911	-	-	307.911
Depreciação e amortização	89.374	-	-	89.374
Arrendamento e aluguéis	1.678	2.431	237	4.346
Outros	5.930	3.184	2.380	11.493
Total	1.245.978	140.657	101.361	1.487.996

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2012			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	23.152	20.034	29.842	73.028
Material	5.171	3.714	1.147	10.032
Serviços de terceiros	61.701	93.451	54.485	209.637
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.974	-	3.974
Energia elétrica comprada para revenda	672.739	-	-	672.739
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	103.602	-	-	103.602
Custo de construção	644.601	-	-	644.601
Depreciação e amortização	63.044	-	-	63.044
Arrendamento e aluguéis	1.243	2.625	435	4.303
Outros	990	1.005	3.939	5.934
Total	1.576.243	124.803	89.848	1.790.894

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25. Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Energia de leilão	3.299	6.153	522.205	594.651
Contratos Eletronuclear	210	-	17.242	-
Contratos de cotas de garantias	2.659	-	81.690	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia				
Reserva	-	-	68.505	29.072
Energia de curto prazo - CCEE	306	(64)	187.758	84.934
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	123	119	24.400	19.870
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(60.609)	(55.788)
(-) Recuperação custo de energia-CDE (a)	-	-	(150.414)	-
Total	6.597	6.208	690.777	672.739

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

(a) O Decreto nº 7.945/13 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo "Energia comprada para revenda", totalizou R\$ 150.414 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

26. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Rendas financeiras	37.364	36.442
Acréscimo moratório de energia vendida	71.369	72.753
Variações monetárias ativas	1.302	-
Atualização do ativo financeiro – receita	11.975	129.406
Outras	9.015	-
Total de receitas financeiras	131.025	238.601
Juros dos empréstimos e financiamentos	(112.234)	(101.417)
Variações monetárias	(31.340)	(17.724)
Atualização do ativo financeiro – despesa	(34.400)	(25.020)
Atualização de contingências	(25.198)	(7.486)
Multas/Descontos comerciais	(13.495)	(1.445)
Infrações operacionais	(13.090)	(17.340)
AVP Parcelamento	(1.252)	(611)
Outras despesas financeiras	(7.923)	(12.412)
Total de despesas financeiras	(238.932)	(183.455)
Resultado financeiro	(107.907)	55.146

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

31/12/2013				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do período	188.902	1.442	1.903	192.247
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	1,1709	1,1709	1,1709	1,1709
31/12/2012				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador				
Lucro líquido do exercício	378.230	2.906	3.811	384.947
Denominador				
Média ponderada por classe de ações	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	2,3446	2,3446	2,3446	2,3446

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefícios de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, esse valor corresponde a R\$1.792 (R\$2.333 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$11.907 (R\$16.339 em 31 de dezembro de 2012) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

28.1. Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09:

	2013		2012	
	BD-I	PNB	BD-I	PNB
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS				
1. Valor presente da obrigação no início do ano	147.034	950	103.728	-
2. Custo do serviço corrente	37	83	75	-
3. Despesa com juros	12.086	78	11.661	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(10.286)	(81)	(9.737)	-
5. Contribuições participantes	-	-	38	-
6. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	(36.346)	(362)	41.268	-
7. Valor presente da obrigação no fim do ano	112.525	668	147.034	950
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO				
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	148.711	1.779	103.502	-
2. Receita com juros	12.224	146	14.268	-
3. Contribuições efetuadas (participante e empresa)	50	303	2.644	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(10.286)	(81)	(9.737)	-
5. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	(24.941)	(45)	38.034	-
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	125.758	2.101	148.711	1.779
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
1. Custo do serviço	(37)	(83)	(75)	-
2. Juros líquidos (resultado financeiro)	-	-	2.606	-
3. Total das despesas ocorridas em 2013 (1 + 2)	(37)	(83)	2.531	-
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
1. Ganho / (Perda) atuarial	15.550	316	(3.233)	-
Retorno real dos ativos	(24.941)	(45)	38.034	-
Mudanças em premissas demográficas	5.332	176	-	-
Mudanças em premissas financeiras	31.014	186	(41.268)	-
2. Efeito do limite do ativo	(15.563)	(536)	(1.678)	(828)
3. Total de remensurações	(13)	(220)	(4.911)	(828)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.1. Movimentação das obrigações atuariais--Continuação

E - BALANÇO PATRIMONIAL

1. Valor justo do ativo	129.903	2.101	148.711	1.779
2. Obrigações atuariais	(112.525)	(668)	(147.034)	(950)
3. Posição Líquida	17.378	1.433	1.678	828
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(17.378)	(1.433)	(1.678)	(828)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	-

F - VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

1. Posição líquida em 31/12/2012	1.678	828	(226)	-
2. Efeito do limite do ativo	(1.678)	(828)	-	-
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2012	-	-	(226)	-
4. Custos do serviço	(37)	(83)	(75)	-
5. Juros líquidos	138	68	2.606	-
6. Diferenças atuariais	15.550	316	(3.233)	-
7. Contribuição (empresa e participante)	50	303	2.606	-
8. Posição líquida em 31/12/2013	17.378	1.433	1.678	-
9. Efeito do limite do ativo	(17.378)	(1.433)	(1.678)	(828)
10. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-	-	(828)

28.2. Variação no limite do Ativo

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	BD-I	PMB
1. Saldo em 31/12/2012	1.678	828
2. Juros	138	68
3. Variação	15.563	536
4. Saldo em 31/12/2013	17.379	1.432

	BD-I	PMB
1. Saldo em 01/01/2012	-	-
2. Juros	-	-
3. Variação	1.678	828
4. Saldo em 31/12/2012	1.678	828

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.3. Ativos do plano

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	31/12/2013
	BD-I
Títulos públicos	106.309
Títulos privados	8.079
Ações	-
Fundos de investimento	8.299
Investimentos imobiliários	5.602
Empréstimos	1.247
Outros	1.543
Ativo total	131.078
(-) Exigível operacional	(34)
(-) Exigível Contingencial	-
(-) Fundo Administrativo	(1.111)
(-) Fundo de Investimento	(3)
(-) Resgates	(27)
Valor justo dos ativos do plano	129.904

O Plano misto contempla risco de morte e de invalidez, estes são classificados como benefício definido. É constituído um "Fundo de Risco", que representa o valor justo do ativo. Todavia, o Plano Misto contempla patrocinados de outras empresas que não a Cemar. Para se definir o valor justo dos ativos para cada patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizados com base nos respectivos passivos atuariais.

	31/12/2013
	PMB
Fundo de risco	2.177
Proporção referente à patrocinadora (a / (a+b+c))	96,53%
Cemar (a)	668
Equatorial (b)	16
Facemar (c)	8
Valor justo dos ativos do plano	2.101

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.3. Ativos do plano--Continuação

Em termos percentuais, segue a composição do valor justo dos ativos do plano como um todo (contribuição definida e benefício definido):

	31/12/2013
	PMB
Títulos públicos	6.092
Títulos privados	13.808
Ações	-
Fundos de investimento	22.494
Investimentos imobiliários	-
Empréstimos	4.160
Outros	849
Ativo total	47.403

Os ativos do plano estão apresentados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 a entidade não possui instrumentos financeiros de sua própria emissão mantidos como ativos do plano ou imóvel e outros ativos por ela utilizados.

As premissas principais utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários são os seguintes:

Taxas ao ano	2013	2012
01 Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,35% - todos os planos	3,56% - todos os planos
02 Taxa de crescimento salarial futura real	1%	1%
03 Taxa de inflação	4,50%	4,50%
04 Fator de capacidade	1	0,98
05 Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - MALE	AT-2000 - MALE
06 Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 - MALE	AT-83 - MALE
07 Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
08 Tábua de rotatividade	Nula	Nula

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.4. Premissas adotadas

Adotou-se como taxa desconto a cotação do título NTN-B (indexados ao IPCA - IBGE) com base no prazo do pagamento dos benefícios do plano, ou seja, o *duration*. O *duration* médio dos planos é de aproximadamente 15,1 anos. Devido ao rendimento do título retrocitado com vencimento para 2024 e 2035 ser muito próximo (*spread* de 0,12%), optou-se pela utilização da NTN-B com vencimento em 2024.

28.5. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2013, está apresentada como segue:

- Para esta análise foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	129.904	2.101
Taxa	6,85%	
Valor presente da obrigação	108.172	643
(Déficit) / Superávit	21.732	1.459
Variação	4.378	26
Taxa	5,85%	
Valor presente da obrigação	117.236	696
(Déficit) / Superávit	12.668	1.406
Variação	(4.686)	(27)

- Tábuas utilizadas suavizadas em 10%:

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	129.904	2.101
Valor presente da obrigação	115.068	602
(Déficit) / Superávit	14.836	1.499
Variação	(2.543)	66

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada--Continuação

28.6. Despesas e fluxos de caixa futuros

Fluxo de caixa estimado para 2014	BD - I	PMB
1. Contribuições da patrocinadora	26	317
2. Contribuições do patrocinado	26	-
3. Benefícios concedidos	(10.749)	85
Despesa estimada para 2014	BD - I	PMB
1. Custo do serviço corrente	80	-
2. Custo do serviço passado - alterações, reduções e liquidação	-	-
3. Custo do serviço total	80	-
4. Custo de juros	(12.531)	(74)
5. Retorno do ativo	14.466	234
6. Juros sobre o limite	(1.935)	(160)
7. Juros líquidos	-	-

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2014	215.480
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2014	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	12.669
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	1.031
Automóvel	31/01/2014	(c)

(a) 24 apólices com vencimentos entre janeiro de 2014 a junho de 2016.

(b) 02 apólice com vencimento em setembro de 2014.

(c) 75 veículos segurados.

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, fornecedores, ativo de concessão, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

a. Considerações gerais--Continuação

operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Ativo	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	204.702	204.702	59.086	59.086
Investimentos de curto prazo	526.986	526.986	423.551	423.551
Contas a receber de clientes	505.257	505.257	590.572	590.572
Ativo financeiro de concessão	595.199	595.199	624.704	624.704
Depósito Judicial	31.785	31.785	185.647	185.647
Total Ativo	1.863.929	1.863.929	1.883.560	1.883.560

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Passivo	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	181.620	181.620	254.565	254.565
Empréstimos e financiamentos	1.391.268	1.391.268	1.158.829	1.158.829
Debêntures	300.059	304.541	452.812	477.131
Total Passivo	1.872.947	1.877.429	1.866.206	1.890.525

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** – são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 15 e 16.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,52% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS						
STN	USD	1.164	3.456	5.748	(1.128)	(3.420)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,34	2,93	3,51	1,76	1,17

- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	37.364	46.704	56.045	28.023	18.682
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	1.478.744	1.519.164	1.559.583	1.438.325	1.397.905
ECF - 1510/97	FINEL	24.742	25.148	25.553	24.337	23.932
ECF - 1639/97	FINEL	208.266	212.974	217.683	203.558	198.849
ECF - 1645/97	FINEL	47.694	48.516	49.339	46.871	46.049
ECF -1960/99	IGP-M	8.653.357	10.797.363	12.941.369	6.509.351	4.365.344
ECF - 1908/99	FINEL	182.623	187.871	193.119	177.375	172.127
FINEP	TJLP	313.657	397.248	480.839	230.066	146.475
BNDES DIRETO I	TJLP	10.864.419	12.388.462	13.912.506	9.340.375	7.816.332
BNDES DIRETO II	TJLP	13.296.209	17.282.271	21.268.332	9.310.147	5.324.086
IFC	CDI	4.108.256	5.034.954	5.961.653	3.181.558	2.254.860
AGROINDUSTRIAL I	CDI	5.068.234	6.889.414	8.710.594	3.247.054	1.425.874
AGROINDUSTRIAL II	CDI	6.649.921	9.545.468	12.441.014	3.754.375	858.829
AGROINDUSTRIAL III	CDI	117.360	858.897	1.600.434	(624.177)	(1.365.714)
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1º Série	CDI	6.634.024	8.016.361	9.398.698	5.251.687	3.869.350
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2º Série	IPCA	24.683.472	27.514.371	30.345.269	21.852.574	19.021.676
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS						
		Taxa em 31/12/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 12 meses)		8,06	10,08	12,10	6,05	4,03
TJLP (% 12 meses)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% 12 meses)		5,51	6,89	8,27	4,13	2,76
IPCA (% 12 meses)		5,91	7,39	8,87	4,43	2,96

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

f. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	16.866	12.221
Cenário III	33.609	24.988
Cenário IV	(16.621)	(19.930)
Cenário V	(33.364)	(40.649)

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.
- **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento** - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

g. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

31 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2011 a 2032	661.112	752.841	812.714	821.292	21.463.345

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Francisco Carlos Campos

Gilberto Sayão da Silva

José Carlos Muniz de Brito Filho

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva

Denise da Cunha D'Angelo Palácio

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Sérgio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Renan Bodra Machado
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA